

Representações do indígena e do imigrante europeu em museus de história no Sul Catarinense

Representations of the indigenous and the European immigrant in history museums in the South of Santa Catarina

Simony de Oliveira Fontanella¹  0000-0002-9606-9832

Carlos Renato Carola²  0000-0003-0073-9588

Resumo

Em Santa Catarina e, particularmente, na região sul do estado, o discurso do imigrante europeu “pioneiro” vem sendo difundido desde o limiar do século XX, e esse discurso está fortemente enraizado no senso comum

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Inovação e Extensão, Programa de Pós-Graduação em Educação. Criciúma, SC, Brasil.

² Universidade do Extremo Sul Catarinense, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Inovação e Extensão, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de História. Criciúma, SC, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: C. R. CAROLA. E-mail: <crc@unesc.net>

Artigo elaborado a partir da dissertação de S.O. FONTANELLA, intitulada “Conhecimento, Educação e Memória Intercultural: Vestígios e Representações dos Xokleng na Comunidade do Rio do Rastro - Lauro Müller/SC”. Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2022.

Apoio/Support: Programa de Bolsa para Estudantes do Ensino Superior, Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Chamada Pública 471/SED/2021.

Como citar este artigo/How to cite this article

Fontanella, S. O.; Carola, C. R. Representações do indígena e do imigrante europeu em museus de história no Sul Catarinense. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 28, e236830, 2023. <http://doi.org/10.24220/2318-0870v28e2023a6830>



das populações dos municípios; está consolidado nos monumentos das praças públicas, nos nomes de ruas e avenidas; na historiografia local-regional produzida por descendentes de italianos e alemães, principalmente, e também nos museus de história dos municípios. Mas há uma “pedra” sempre incômoda no discurso de memória do “imigrante pioneiro”: a necessidade de informar o lugar do povo indígena que ocupava o território que foi doado pelo governo catarinense para o empreendimento da imigração-colonização na segunda metade do século XIX; e é nesse cenário de conflito de memória que emerge a seguinte problematização: levando-se em consideração a evolução das pesquisas e do conhecimento histórico produzidos nas últimas décadas, assim como as diretrizes da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira na educação básica, como os povos originários estão representados nos museus municipais da região sul de Santa Catarina? Este estudo tem o objetivo de mostrar e problematizar as representações dos imigrantes europeus e do povo Xokleng nos museus de história dos municípios de Urussanga, Orleans e Lauro Müller. Entre os aspectos conclusivos, destaca-se a necessidade de revisão e atualização dos museus municipais, podendo-se viabilizar um diálogo pedagógico com universidades ou com profissionais das áreas de educação, história, arqueologia, antropologia e/ou museologia.

Palavras-chave: Educação. Imigrante europeu. Lugar de memória. Museu. Xokleng.

Abstract

In Santa Catarina and, particularly, in the southern region of the state, the discourse of the “pioneer” European immigrant has been widespread since the beginning of the 20th century; and this discourse is strongly rooted in the common sense of the municipalities’ populations; it is consolidated in the monuments of public squares, in the names of streets and avenues; in the local-regional historiography produced mainly by Italian and German descendants; and also in the municipal history museums. But there is a “thorn” that continuously burdens the discourse of memory of the “pioneer immigrant”: the need to inform the place of the indigenous people who occupied the territory that was donated by the government of Santa Catarina for the immigration-colonization enterprise in the second half of the nineteenth century; and it is in this scenario of memory conflict that the problematization emerges: considering the evolution of research and historical knowledge produced in recent decades, as well as the guidelines of Law nº. 11.645 of March 10, 2008, which mandates the study of indigenous and Afro-Brazilian history and culture in basic education, how are native peoples represented in municipal museums in the southern region of Santa Catarina? This study aims to show and discuss the representations of European immigrants and the Xokleng people in history museums in the municipalities of Urussanga, Orleans, and Lauro Müller. Among the conclusive aspects, the need to review and update municipal museums is highlighted, making possible a pedagogical dialogue with universities or professionals in the areas of education, history, archaeology, anthropology, and/or museology.

Keywords: Education. European immigrant. Place of memory. Museum. Xokleng.

Introdução

A situação atual dos povos indígenas na América Latina só pode ser compreendida como o resultado histórico do processo que começou com a chegada dos europeus há mais de cinco séculos, mediante o qual estes foram despojados dos territórios que habitavam, de seus espaços de reprodução social e cultural e também de sua própria cultura, cosmovisões e modos de vinculação com a natureza (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2015).

Grande parte das informações existentes sobre a história do “descobrimento” da América é contextualizada e contada a partir de uma visão eurocêntrica. De acordo com registros históricos atuais, mesmo depois de cinco séculos da invasão colonizadora, em diversos lugares de memória os povos originários continuam sendo representados como homens selvagens, sem cultura e sem história. Com base nos estudos históricos e antropológicos e, sobretudo, diante da resistência contemporânea dos povos indígenas, não tem mais sentido seguir os preceitos da ideologia do “descobrimento” e muito menos perpetuar a tradicional representação do “homem selvagem”.

No contexto inicial do empreendimento colonialista, o “índio” passou a ser o “outro” a ser salvo, colonizado ou exterminado. Apesar da palavra “índio” ter surgido a partir de um “erro grosso” de Cristóvão Colombo, no processo da invasão-colonização o termo se tornou politicamente útil e eficiente para os propósitos dos colonizadores. No universo linguístico do homem europeu, a palavra “índio” foi sendo manipulada para ganhar sentido de homem selvagem, homem primitivo. Foi essa forma de representação que justificou e legitimou a barbárie expansionista do projeto da modernidade euro-ocidental, expansão que destruiu todo o ordenamento físico e simbólico do mundo dos povos originários.

Na experiência colonialista, o agente externo (colonizador) se coloca na parte superior da relação intercultural. Na História do Brasil e nos lugares de memória, os agentes externos (português, luso-brasileiro, imigrantes europeus) são geralmente representados como sujeitos de culturas superiores em relação comparativa aos povos indígenas e povos africanos ou afro-brasileiros, colocados na escala menor do processo “evolutivo” da humanidade. Essa configuração ainda é vista nos museus de história local dos municípios da região sul de Santa Catarina.

Neste artigo, procurou-se mostrar e problematizar a relação intercultural que se manifesta nos espaços de memória e história. Problematizou-se a representação dos povos indígenas e dos imigrantes europeus em museus de três municípios do sul de Santa Catarina: Museu Histórico Municipal Monsenhor Agenor Neves Marques³, de Urussanga; Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, de Orleans; e Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, de Lauro Müller⁴. A estrutura básica da formação histórica desses três municípios se deu em território do povo Xokleng, a partir da segunda metade do século XIX.

Na versão da história oficial, o núcleo de povoamento que gerou o município de Urussanga surgiu a partir da política de imigração e povoamento do governo imperial brasileiro. O ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas nomeou uma comissão para fazer a localização e medição de terras na região sul da Província de Santa Catarina (Vale do Tubarão), sob a chefia do engenheiro maranhense Joaquim Vieira Ferreira. A serviço do governo brasileiro, o engenheiro Ferreira criou as condições para a fundação das colônias italianas de Azambuja e Urussanga, em 1877 e 1878, respectivamente⁵. No primeiro século de desenvolvimento das colônias, as duas atividades econômicas de maior impacto foram a agricultura e a exploração industrial de carvão mineral, e, apesar da diversidade étnico-cultural que se desenvolve no decorrer de sua história, Urussanga, assim como outros municípios da região, cultua

³ Museu Histórico Municipal Monsenhor Agenor Neves Marques. Prefeitura Municipal, Portal de Turismo de Urussanga. Disponível em: <https://turismo.urussanga.sc.gov.br/post-13247/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

⁴ As críticas que se fazem necessárias não pretendem desconsiderar as iniciativas e a importância dos museus municipais da região sul catarinense. Defende-se um diálogo com as instituições museológicas locais num sentido de estimular ações colaborativas para democratização e qualificação profissional dos lugares de memória na região sul de Santa Catarina.

⁵ Os imigrantes do norte da Itália que chegaram no final do século XIX eram de Vêneto, Lombardia, Friuli e Trentino.

ainda hoje a ideologia dos “pioneiros”, conferindo aos imigrantes italianos o status de fundadores da cidade (Marques, 1990).

O município de Orleans também surgiu a partir do processo de imigração e colonização de Santa Catarina, no final do século XIX. No período da Monarquia Imperial do Brasil, a área geográfica compreendida pelos atuais municípios de Orleans, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa, Braço do Norte, Armazém, Lauro Müller e São Ludgero, situada ao sul de Santa Catarina, pertencia ao Príncipe Gaston d’Orleans (Conde d’Eu) e à princesa D. Isabel Cristina Leopoldina de Bragança (Princesa Isabel). Em 1881 o casal imperial firma contrato com o Comendador Caetano Pinto Júnior para o processo de colonização da região e, em dezembro de 1882, fundam a Colônia Grão Pará, que mais tarde daria origem à cidade de Orleans. A Colônia Grão Pará estimulou a formação de um “mosaico de etnias”, com predominância dos migrantes nacionais (brasileiros descendentes de portugueses), seguidos por poloneses, italianos, alemães, espanhóis, austríacos, russos, belgas, ingleses, franceses, holandeses e suecos (Cabral, 1994, p. 243).

O município de Lauro Müller está localizado na encosta da Serra Rio do Rastro. Até o século XIX, os Xokleng e os tropeiros usavam trilhas e caminhos para se locomover entre a Serra e o litoral, percorrendo longas distâncias pelo interior da Mata Atlântica. As primeiras povoações de “nacionais” e imigrantes europeus ocorreram no século XIX, onde surgiram as primeiras comunidades e as primeiras denominações do lugar até 1905: Bom Retiro, Arraial da Mina, Mina dos Ingleses (Minas) e, finalmente, Lauro Müller (1905), em homenagem ao então governador de Santa Catarina, Lauro Severiano Müller. Apesar de ter conquistado seu status de município somente em 1957, Lauro Müller foi o primeiro grande centro econômico da indústria carbonífera e de exploração de madeira, tendo surgido na primeira metade do século XX. O primeiro trecho da Ferrovia Dona Tereza Cristina, construída no período de 1880 a 1884, ligava os portos de Laguna e Imbituba à Estação das Minas (Lauro Müller) (Dall’Alba, 1986; Lopes, 2008).

Nos museus desses municípios, observou-se um conjunto de acervos que se propõem a representar o modo de vida dos povos indígenas da região (Xokleng e Guaranis) e dos “imigrantes pioneiros” (imigrantes europeus), que fundaram os núcleos coloniais na segunda metade do século XIX. O presente artigo se propõe a responder a seguinte pergunta: como os museus comunicam em seus acervos a cultura e a história dos imigrantes europeus e dos povos originários da região sul de Santa Catarina?

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, um enfoque exploratório e técnicas de observação de saída de campo (Marconi; Lakatos, 2022). Observou-se a concepção e organização dos espaços de exposições dos museus; os componentes dos acervos, inclusive os escritos das legendas de orientação aos visitantes; os elementos informativos e conceituais nos meios de divulgação virtual dos museus (sites/blogs); foram realizadas conversas informais com gestores e funcionários das instituições visitadas e também foram abordadas obras da historiografia local não acadêmica (escrita por padres e outros memorialistas de descendência italiana e alemã, principalmente), pois nos museus municipais elas são as referências predominantes dos acervos históricos da região sul de Santa Catarina⁶.

⁶ Embora a historiografia local tenha sido uma das fontes desta pesquisa, este artigo se atará aos acervos dos museus observados.

Os espaços museológicos foram abordados com as ferramentas teóricas da História Cultural. A *Nova História Cultural*, segundo Sandra Pesavento, surgiu como uma resposta para a crise de paradigma que impactou as ciências humanas de um modo geral. O olhar de *Clio* mudou porque uma nova realidade se impôs ao mundo moderno contemporâneo. Essa mudança de perspectiva “pode ser vista como um ajustamento da realidade do mundo às formulações explicativas do homem para dar conta do próprio mundo”, pois “a realidade tornou-se mais complexa e aquilo que foi uma questão decisiva para ser resolvida pelos historiadores há 30 anos não é mais o que move a colocação de perguntas diante do real” (Pesavento, 2004, p. 15). A História Cultural, segundo Chartier *apud* Barros (2005, p. 139), “[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler”.

O Conceito de “representação” é uma das categorias centrais da História Cultural; é um conceito que suscita controvérsias, mas está bem consolidado no campo da pesquisa histórica. Foi incorporado pelos historiadores a partir das formulações de Marcel Mauss e Émile Durkheim (no início século XX) e inventado ou construído pelos etnólogos (pesquisadores da cultura material dos “povos naturais”). Na materialidade da vida cultural, “as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência”; as representações “são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real”, cujos “indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”. A representação não é uma cópia do objeto, nem um reflexo do real; é uma construção feita a partir do real, ou seja, “a representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão” (Pesavento, 2004, p. 39).

Os museus foram observados como “lugares de memória”. Pierre Nora (1993) formulou esse conceito a partir de sua constatação da rápida dissolução da memória nacional francesa, fato que o instigou a refletir sobre as categorias História e Memória no processo de constituição da identidade nacional. Os lugares de memória, segundo Nora (1993, p. 12), “são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual”. Diante dos imperativos do ritmo acelerado da vida moderna, os lugares de memória são “sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza”. Em síntese, são “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade” (Nora, 1993, p. 12).

O texto foi estruturado em três tópicos. No primeiro tópico foi abordada a questão atual dos povos indígenas na museologia brasileira. No tópico seguinte, foram levantadas algumas conexões entre museus e educação. Já na parte principal do trabalho, problematiza-se as configurações representativas dos Xokleng e do imigrante europeu nos museus pesquisados.

Memória e história dos povos indígenas na museologia brasileira

O museu é um lugar dinâmico. Para além da preservação das memórias, acontece neste espaço a construção da diversidade étnica e da alteridade ... Infinitas são as atividades a serem desenvolvidas no espaço museal indígena: expressões ritualísticas, oficinas para reaprender e reinventar saberes aparentemente esquecidos, trabalhos com a história oral.

Os “troncos velhos” podem narrar para as novas gerações suas lembranças e conhecimentos, a partir da cultura material e simbólica. O museu transforma-se num potencial vetor para dar visibilidade às diferenças culturais e terreno fértil para as lutas provindas do processo de construção social da memória (Gomes; Vieira Neto, 2009, p. 48).

Os “lugares de memória” são espaços de autorreconhecimento, de valorização de identidades e de estudos e pesquisas, além de serem lugares onde se buscam sentido, respostas e reflexões que ajudem os sujeitos pertencentes a uma sociedade a se reconhecerem no tempo que vivem. Pierre Nora compreende a dinâmica da memória como um processo permanente de lembranças, esquecimento e silêncio, e diz que “a memória [...] se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividade” (Nora, 1993, p. 9)

Pollak (1989, p. 8) discorre sobre a ideia do “enquadramento de memória”. A ação de enquadramento “se alimenta do material fornecido pela história”, sendo que se “reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro”. Portanto, a reconstrução do passado no museu passa por algumas dificuldades na identificação das forças que atuam para silenciar determinadas memórias. O autor reforça que “a memória [...] se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes” (Pollak, 1989, p. 7).

Os museus organizam e controlam seus acervos de memória do passado com uma certa configuração a partir da definição do que deverá ser lembrado de seus acervos e de quais lembranças serão proibidas e silenciadas. Pollak (1992, p. 4) ressalta em suas palavras que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa”. Para o autor, “[...] a memória nacional constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo” (Pollak, 1992, p. 4).

A documentação, os artefatos e os vestígios encontrados no museu são partes fundamentais da intermediação e construção que são feitas do passado, que contam e representam histórias de determinados períodos. Concorde-se com Bosi (2003) quando esse afirma que cabe ao pesquisador interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento. Nesse sentido, considera-se problemático o modo como vem sendo representada nos espaços museais tanto a memória do povo Xokleng, que habitava a região sul de Santa Catarina até o limiar do século XX, quanto a memória dos imigrantes europeus que se fixaram no território indígena do no final do século XIX.

Memória e história são componentes vitais das identidades dos indivíduos e povos, e, no mundo da civilização moderna, os museus são um dos lugares de memória de maior potencial de representação e educação sobre a memória de grupos sociais situados no tempo histórico. Entretanto, se as pessoas não se reconhecem ou se as representações expressam sentidos de inferioridade social, o espaço museológico pode se constituir num lugar de tensão. Além disso, quando desprovido de embasamento ético e teórico, o museu também pode se constituir em um espaço de legitimação de poder para um grupo dominante; um espaço de naturalização de visões racistas e preconceituosas.

Como espaço educativo, o museu deve ser um lugar de preservação e representação de memória da diversidade cultural. Um ambiente que se preocupa em dar visibilidade às múltiplas identidades

sociais que compartilharam uma experiência histórica num determinado tempo e espaço. Como destaca Otto (2012), a memória é uma das categorias vitais da vida humana, e “voltar, por meio de lembranças, a um tempo distante se torna mais significativo quando compartilhado, quando rememorado na relação com o outro” (Otto, 2012, p. 36). Compartilha-se aqui o conceito de memória Daniel Munduruku (2017, p. 116, grifo do autor), na condição da voz do outro:

A memória é um vínculo com o passado, sem abrir mão do que se vive no presente. É ela quem nos coloca em conexão profunda com o que nossos povos chamam de *tradição*. Fique claro, no entanto, que tradição não é algo estanque, mas dinâmico, capaz de nos obrigar a ser criativos e a dar respostas adequadas para as situações presentes. Ela, a Memória, é que comanda a resistência, pois nos lembra de que não temos o direito de desistir, caso contrário, não estaremos fazendo jus ao sacrifício de nossos primeiros pais [...].

Sabe-se que não existe neutralidade nos lugares de história e memória. Quando o museu é concebido como um espaço de representação de memória numa perspectiva democrática e intercultural, a problematização se faz necessária. Isso significa que cabe aos professores/as e pesquisadores/as, principalmente, indagar sobre as ausências de identidades, sobre os modos de dizer e representar o “outro”, e, quando esse “outro” é o sujeito indígena na História do Brasil (presente, passado e futuro), logo se percebe que o desafio é bem mais complexo.

Marília Xavier Cury (2016, p. 12) lembra que “[...] os museus no pós-Segunda Guerra Mundial passam a sofrer questionamentos e críticas”, e que, no período de 1960 a 1980, as instituições museológicas foram acentuadamente contestadas em suas finalidades e, sobretudo, em suas formas tradicionais de representação da história humana. Além disso, os museus assumiram um “papel político de combate ao racismo” e adotaram uma pedagogia para uma cultura de paz. No Brasil, dois antropólogos lideraram essa nova fase da museologia: Darcy Ribeiro, com a fundação do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, em 1953, e Gilberto Freyre, com a criação do Museu do Homem do Nordeste, no Recife, em 1973 (Cury, 2016).

A museologia brasileira passa por outra fase de questionamentos quando os próprios indígenas começam a visitar e fazer parte das organizações dos museus. A princípio, grupos indígenas procuravam os museus etnográficos para ver, conhecer e aprender com os acervos e as memórias perdidas do passado. Depois, passaram a atuar nos espaços dos museus e na produção de suas próprias memórias, reformulando “narrativas e discursos” sobre a história e a cultura dos povos originários. Nesse processo de renovação museológica, os antropólogos também “[...] passam a requalificar as coleções indígenas outrora formadas, com a direta participação indígena na curadoria por meio de processos colaborativos/participativos” (Cury, 2016, p. 13).

No espaço da museologia brasileira, percebem-se avanços e persistências conservadoras no movimento de renovação museológica que se inicia na década de 1950. Os museus com maiores recursos e situados nos centros urbanos, geralmente vinculados a universidades, foram os que mais avançaram no sentido de superar a tradicional história positivista de natureza eurocêntrica. No campo da persistência positivista ainda permanece vigente a tradicional representação do índio “primitivo, selvagem” e de cultura rudimentar; o índio congelado no passado do “descobrimento” e sem conexão com os povos indígenas do presente. Em muitos lugares, como assinala Cury (2016, p. 13), surgem

peças com “intenções positivas” em relação à preocupação com a preservação da memória dos povos indígenas, “[...] mas que pecam pelo desconhecimento ou pelo uso de poder”.

Um dos aspectos mais importantes da museologia é a participação das lideranças indígenas na produção de suas próprias memórias. Muito jovens vêm ocupando espaços nas universidades e problematizando as ausências e os estereótipos da cultura indígena nos lugares de memória. Nos espaços museais, eles/as se apropriam das técnicas museológicas e as reformulam com outros significados, e outros usos de objetos e artefatos, contribuindo para a problematização e a revisão de conceitos tradicionais (Carvalho, 2016).

A participação indígena nos lugares de memória suscita inquietações e provocações reflexivas. Como fazer a representação do “outro” de forma digna? Como organizar uma exposição de memória do Outro sem incorrer em preconceitos, hierarquias ideológicas e nos tradicionais estereótipos? Ou, ainda, “[...] como abrir para leituras que não sejam autorreferenciadas e que consigam se deslocar na direção do outro, assumindo o seu ponto de vista?” (Carvalho, 2016, p. 94). Se no âmbito da sociedade brasileira o desafio da democratização da memória dos diversos grupos que a compõe ainda é grande, quanto se trata de estabelecer um espaço de diálogo e representação com os povos originários, o desafio é muito maior, pois:

É comum a palavra ‘índio’ remeter a povos com costumes primitivos, ou seja, mesmo que o processo da globalização tenha também chegado até ele, o pensamento dominante historicamente o remete ao futuro e, também, ao passado: um processo, por assim dizer, que impossibilita ao ‘senso comum’ concebê-lo no presente e projetá-lo ao futuro; ao índio caberia viver numa cultura estática, como se ele apenas fosse o guardião originário do passado, sobrevivendo ao presente, mas sem direito ao futuro, caso não esqueça seu legado cultural, saberes milenares que lhe foram dados e são concebidos de geração a geração (Carvalho, 2016, p. 102).

A democratização e qualificação dos espaços museológicos requer mais interação social e, sobretudo, mais relação intercultural. Se o propósito maior é compartilhar conhecimento, estimular a pesquisa e promover ações educativas, há que se estabelecer boas estratégias pedagógicas para propiciar uma comunicação dialógica (Paulo Freire) entre os agentes do espaço museal e os diversos grupos sociais abrangidos pelo público visitante. Uma dessas ações pode se constituir em orientações para que os grupos excluídos da memória nacional possam criar seus próprios espaços e acervos. No caso dos povos indígenas, por exemplo, Gomes (2016, p. 133) ressalta que:

[...] A partir do momento em que povos indígenas efetuam suas ações museológicas, atribuindo-lhes sentidos próprios, o discurso colonialista dos museus tradicionais cede espaço para uma construção em primeira pessoa, uma representação dos povos indígenas sobre eles próprios. Isso fortalece uma revisão do papel e significado das coleções etnográficas. Nesses processos, indígenas orquestram a história sob a lógica de seus próprios esquemas, não constituindo museus sobre os índios, mas dos índios: seus pontos de vista sobre suas culturas.

Como assinala Gomes (2016), o museu pode ser um lugar dinâmico e com muitas possibilidades educativas, e é um espaço de “construção da diversidade étnica e da alteridade”. Um museu que tem

pretensões educativas numa dimensão democrática⁷ “[...] transforma-se num potencial vetor para dar visibilidade às diferenças culturais e terreno fértil para as lutas provindas do processo de construção social da memória” (Gomes; Vieira Neto, 2009, p. 48).

No campo da museologia brasileira atual, não é mais admissível que o poder público invista num lugar de memória para dar visibilidade estática a um determinado grupo social e muito menos que ignorem ou excluam a diversidade dos Outros. Em relação aos povos indígenas, não é mais admissível perpetuar o estereótipo do “índio primitivo” estacionado no tempo sem vínculo com o presente. Onde estão os povos indígenas do Brasil atualmente? Nas palavras do escritor indígena Munduruku (2017, p. 115), “graças à luta renhida das populações nativas”, a população brasileira está gradativamente percebendo e aprendendo a conviver com 307 povos que estão distribuídos por todos os estados do território nacional, e “esses povos, juntos, falam em torno de 274 línguas e dialetos divididos em troncos e famílias linguísticas, o que demonstra suas complexidades”. Isso significa que não tem mais cabimento – aliás, nunca teve – ignorar ou desconfigurar a presença dos povos originários na formação histórica do Brasil.

Na região sul de Santa Catarina, foram constatadas muitas “intenções positivas” para com a memória indígena no espaço da museologia. Em cada município notou-se o esforço do poder público ou a iniciativa pessoal de um munícipe em criar um lugar de memória na forma de um pequeno museu, com acervos coletados na própria comunidade. Entretanto, boas iniciativas desprovidas de fundamentos históricos e teóricos produzidos pelas áreas científicas e grupos de pesquisadores/as, têm um risco maior de perpetuar visões racistas, machistas, antropocentristas e eurocentristas.

Conexões entre museu e educação

O que é que Museu tem a ver com educação?

(Freire, 2016, p. 33).

Ao longo da história, os museus deixaram de ser vistos apenas como um local de acervo de objetos e passaram a ser entendidos como espaços de cultura e educação. Organizam propostas educativas que conscientizam os visitantes sobre a importância desses lugares de memórias, para a história local/regional. Entretanto, segundo Julião (2008), mesmo que nos últimos anos tenham ocorrido mudanças significativas nos antigos museus e o surgimento de novos, há um contínuo descompasso entre a sociedade brasileira e as suas instituições museológicas.

A autora afirma ainda que, “além do acesso ao espaço físico, são evidentes os limites da acessibilidade no sentido da fruição e apreensão do bem cultural, o que possibilitaria a geração de vínculos duradouros entre o público e o patrimônio dos museus” (Julião, 2008, p. 23). Assim, esses espaços precisam estar preparados e com pessoas capacitadas para receber os visitantes que almejam conhecimento.

Todos os povos na história da humanidade se manifestaram por meio de materiais e recursos da sua época, e parte desses acervos encontram-se nos museus. Para Julião (2008, p. 39), “os museus exercem papel importante como depositários de objetos culturais, lugares de autenticação e de apresentação

⁷ Ou seja, para além dos interesses de poder de um grupo que inventa a ideologia dos “pioneiros” para demarcar o seu lugar na pirâmide social.

da herança material, que é expressão da identidade da nação". Portanto, é necessário compreender o contexto desses objetos e artefatos para posteriormente abordar a sua função no lugar e no tempo histórico em que está situado.

Os museus recebem uma variedade de visitantes: crianças, jovens, adultos e idosos; curiosos, pesquisadores, estudantes e apreciadores de arte e antiguidades. As autoras Martins e Picosque (2012, p. 16) ressaltam que "cada um que chega a qualquer exposição já traz consigo suas referências pessoais, suas expectativas, seus saberes, seus medos", e, para atender esses visitantes, o agente mediador elabora estratégias para que a visita seja significativa e prazerosa para o público visitante, pois "[...] toda esta intrincada trama configura a mediação como difícil e apaixonante tarefa" (Martins; Picosque, 2012, p. 16). No processo educativo do espaço museológico, ao mediador cumpre "pensar em desafios instigadores e estéticos, com comentários estimulantes e questões instigantes para as quais não há respostas óbvias" (Martins; Picosque, 2012, p. 16).

Para organizar o espaço museal como possibilidade de educação, é importante ressaltar que nem sempre uma proposta expositiva possui projeto de uma pedagogia reflexiva. Em determinadas situações, o processo de mediação ocorre a partir da relação do visitante com o acervo exposto, e a seleção de objetos e o modo como esses estão expostos transmitem uma comunicação ao visitante. A exposição dos objetos tem uma intencionalidade comunicativa e cada visitante faz sua leitura interpretativa de acordo com sua própria formação. Entretanto, o modo como estão dispostas as peças do acervo indicam a concepção histórica do lugar de memória, e, se a ideia é promover uma interação crítica, o agente mediador precisa elaborar estratégias pedagógicas para provocar uma observação reflexiva ao visitante.

Sabe-se que o museu é um espaço comunicativo e interativo de história e memória. Os objetos dos acervos das exposições expressam representações que dialogam com a construção das memórias de um povo. Os visitantes observam com "seus olhos"; ou seja, com sua experiência de vida e formação. A relação da educação escolar com o espaço museológico, no entanto, precisa superar a tradicional visita ao estilo de turistas. A ideia do uso educacional do museu como instrumento de conhecimento, para Suano (1986, p. 61), reforça "a necessidade de o museu se incorporar à educação regular, sobretudo infantil, de forma precisa e coordenada e não como local de simples visitas anuais [...]". Nenhuma pessoa chega "vazia" a um expositivo museal; cada um traz em suas bagagens seus conhecimentos, vivências e experiências que irão dialogar com a exposição que está conhecendo.

Pensando em relação ao ambiente escolar, os museus lidam com sujeitos de várias idades, classes sociais, estilos e preferências em um mesmo ambiente. Herreman (2004, p. 99) resalta que é nesses espaços "[...] que ocorre o contato direto entre o visitante e o acervo do museu". O autor afirma que "as exposições e exibições públicas são sem dúvida as partes mais populares da maioria dos museus". Portanto, para que a visita escolar ao museu amplie o conhecimento dos estudantes, ela não pode ser entendida como mero passeio ou apenas saída de campo; deve ser planejada e encarada pelos professores como uma conexão mais significativa com os conteúdos e de acordo com o planejamento realizado pelo docente. Para uma ação educativa consciente, cabe ao educador/ar compreender que:

[...] uma exibição é uma comunicação média baseada nos objetos e nos seus elementos complementares, apresentados num espaço predeterminado, que utiliza técnicas

de interpretação especiais e sequencias de aprendizagem que visam a transmissão e comunicação de conceitos, valores e/ ou conhecimento (Herreman, 2004, p. 100).

A educação escolar pode explorar de forma mais reflexiva os lugares de memória. Da mesma forma, o museu pode se aproximar das escolas para refletir sobre suas propostas educativas, presentes também em seus espaços de memória. Herreman (2004, p. 103) destaca que “na maior parte das vezes, um museu ‘geral’ querará exposições projetadas para o que normalmente é designado de ‘público geral’ – provavelmente adulto [...]”. Mas, se o museu ampliar suas exposições a um nível diferente de público em idade escolar, atingirá esse grupo “levando em conta o conhecimento anterior e competências esperadas desse público-alvo muito diferente” (Herreman, 2004, p. 103).

Nesse sentido, as narrativas dos espaços museais não seriam vistas de forma isolada, desconectadas da aprendizagem escolar, mas relacionadas ao conteúdo que foi, irá ou estará sendo trabalhando em sala de aula. É importante que toda ação museológica tenha como objetivo servir o público em geral e a educação. Assim, para Herreman (2004, p. 129),

Os museus acrescentam valores especiais à escola formal e ao sistema de ensino universitário, como parte do sector educativo informal. Aumentam a educação formal e oferecem diferentes modos de aprendizagem, entretenimento e discussão. Todos os profissionais de museu, qualquer que seja o seu trabalho ou especialização em particular, precisam de ter uma convicção forte na necessidade de partilha, com tantas pessoas de todas as idades ou níveis sociais, como possível, do conhecimento da importância de descobrir e compreender as raízes da humanidade e a sua criação de cultura, assim como o património natural do nosso planeta.

Embora o museu não tenha o papel da escola, ele pode complementá-la, servir de estímulo intelectual e entretenimento para os visitantes que buscam compreender e se apropriar do espaço que observam. Além de serem lugares destinados à conservação de artefatos e objetos documentais, os museus são espaços de integração, com o propósito de fazer com que as pessoas observem e se interessem por seus acervos, pela sua história e memória, que refletem a cultura de um povo.

Os museus são centros de memória, de história e de diversidade cultural. Lugares de vestígios, lembranças e registros materiais que refletem a diversidade de vida de um povo. Desse modo, podem promover ações educativas interligando cultura, ciência e tecnologia, pois são ambientes que difundem o conhecimento sobre a cultura humana. Os museus não devem ser vistos apenas como lugares de “coisas velhas”, mas espaços importantes que preservam, em seus acervos, objetos históricos que foram produzidos ao longo dos tempos.

No campo do ensino de História, há a possibilidade de se estabelecer uma parceria promissora de mão dupla entre a escola e o museu. Se ambos os atores estiverem abertos para um diálogo educativo, é possível imaginar aprendizagens mais significativas e mais interativas. Uma educação que almeja o desenvolvimento do pensamento crítico exige a leitura crítica das palavras (sala de aula) e dos objetos (museu). Nos termos de Paulo Freire, há que romper com a “educação bancária” e promover uma pedagogia do diálogo. Isso exige planejamento e fundamentos teóricos básicos, tanto por parte do professor/a que pretende levar seus alunos ao museu, quanto dos agentes de museu que querem ampliar e melhorar a interação com o público escolar (Ramos, 2004).

Conforme já destacado anteriormente, o museu, por si só, já é um espaço de conhecimento, de educação e entretenimento. Na contemporaneidade, independentemente de sua tipologia (histórico, artístico, etnográfico etc.), o museu é mais do que o abrigo de memória de um grupo específico de pessoas; é local de interação, de descoberta e de estranhamento. Assim, quanto mais um sujeito tiver contato com esse espaço e quanto mais significativas forem essas experiências, mais amplo será seu repertório.

Os Xokleng e os imigrantes europeus nos museus de história local

‘Nós descobrimos estas terras! Possuímos os livros e, por isso, somos importantes!’, dizem os brancos. Mas são apenas palavras de mentira. Eles não fizeram mais que tomar as terras das gentes da floresta para se pôr a devastá-las. Todas as terras foram criadas em uma única vez, as dos brancos e as nossas, ao mesmo tempo que o céu. Tudo isso existe desde os primeiros tempos, quando Omama nos fez existir. É por isso que não creio nessas palavras de descobrir a terra do Brasil. Ela não estava vazia! Creio que os brancos querem sempre se apoderar de nossa terra, é por isso que repetem essas palavras [...] (Kopenawa, 1998).

De um modo geral, os museus históricos dos municípios da região sul de Santa Catarina estão organizados para dar visibilidade aos “imigrantes pioneiros” (europeus) que fundaram os supostos núcleos originários de povoamento. A concepção de história que orienta a organização e a narrativa histórica do município é positivista. Nesses espaços de memória vê-se a identificação do grupo étnico juntamente com o nome das famílias “pioneiras”. Em geral, o ordenamento da exposição nos acervos está dispostos de modo a mostrar a identidade dos fundadores da cidade. Entretanto, os agentes municipais que são incumbidos de organizar o museu histórico se deparam com um “problema”: conferir um espaço de representação aos povos indígenas que habitavam a região no período da chegada dos “imigrantes pioneiros”, no final do século XIX. No caso específico da região sul catarinense, a política de imigração e colonização do governo brasileiro autorizou os imigrantes europeus a invadirem e ocuparem o território do povo Xokleng.

O lugar de memória reservado aos imigrantes europeus e aos indígenas é desigual em termos quantitativo e qualitativo. A relação comparativa é diferenciada e hierarquizada segundo a escala evolutiva da epistemologia euro-ocidental, com base nos conceitos de “cultura primitiva/selvagem” e “cultura civilizada”. O acervo dos “imigrantes peioneiros” é constituído de um conjunto de objetos que permite ao visitante identificar o grupo étnico, o grupo familiar e os elementos de uma suposta cultura superior. Em relação aos indígenas, os poucos objetos de exposição são os tradicionais elementos que caracterizam a representação da “cultura piritiva/selvagem”, congelada no tempo estático do passado: pontas de flecha; arco e flecha e algumas peças de artesanatos e cerâmicas. No espaço dos povos originários, a representação é genérica, estática, positivista e desprovida de informações básicas sobre a identidade histórica da cultura representada.

Nos museus dos três municípios citados, a configuração expositiva dos Xokleng carece de fundamentação teórica e de princípio ético intercultural. Assim como nos livros dos memorialistas que escreveram a memória dos fundadores dos municípios, o homem Xokleng continua sendo representado

como o “bugre” que atacava os “imigrantes pioneiros”. Ou seja, nos museus municipais a representação dos povos originários ainda é estereotipada como “povos primitivos” eternizados num determinado período histórico. Em âmbito nacional, são reconhecidos alguns avanços singificativos na prática museológica brasileira das últimas décadas, principalmente aquelas mais preocupadas em romper com as tradicionais representações colonialistas da memória dos povos. No entanto, concorda-se com Silva (2016, p. 75) quando ela diz que,

[...] Ainda há um longo caminho a ser trilhado para que de fato possamos vivenciar a descolonização dos museus, sendo necessária uma contínua reflexão sobre os impactos do colonialismo nas produções culturais dos povos indígenas e o papel que os museus tiveram e ainda têm na construção de representações etnocêntricas sobre eles. Os museus precisam cada vez mais atuar como centros de pesquisa e educação, produzindo conhecimentos alternativos e condizentes com a diversidade dos públicos com os quais atuam, incluindo os indígenas. Devem assumir que são instituições sociais e tomar partido diante dos problemas sociais, entre os quais se insere a causa indígena.

Assim, é importante salientar que os museus guardam em seus acervos histórias registradas em documentos e artefatos históricos. O Museu Monsenhor Agenor Neves Marques, de Urussanga, é um museu de história que foi inaurugado em 1988. Está localizado no Parque Municipal Ado Cassetari Vieira, lugar onde são feitas as festividades comemorativas aos imigrantes italianos. O objetivo principal do museu está explícito na localização e na sua apresentação digital:

O museu retrata a vida do imigrante italiano, desde os primórdios da colonização até, aproximadamente, meados deste século. O acervo é muito rico e variado, ilustrando muito bem a vida e o cotidiano do imigrante italiano de Urussanga, através de 2.000 peças cadastradas. É um verdadeiro retorno às origens (Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina, 2010, *online*).

O museu de Urussanga foi organizado a partir da coleção particular do Padre Agenor Marques. A ampla maioria do acervo é composta por objetos das primeiras gerações das famílias de italianos que participaram do povoamento que gerou as condições primitivas da cidade. O acervo que está exposto nas salas do museu conta com uma diversidade de objetos: armaria dos imigrantes (espingarda, revólver, espada, facões), mobiliários, esculturas, documentários, material fotográfico, pinturas, ofícios, imagens sacras da Igreja Católica, rádio, vitrola, objetos de montaria, objetos pessoais, instrumentos musicais, utensílios de cozinha e artefatos arqueológicos dos povos Xokleng e Guaranis. Apesar de a exposição do acervo contemplar a memória de duas culturas (imigrantes italianos e Xokleng), a concepção histórica e antropológica é positivista e eurocêntrica, pois contrasta o modo de vida do “homem civilizado” com a do “homem selvagem”.

A linguagem usada no museu também não deixa dúvidas quanto à concepção histórica. As legendas fazem menção aos imigrantes-colonizadores como “desbravadores” do progresso civilizatório euro-ocidental: “Visualizando estas peças rudimentares, fabricados por ferreiros da recém vila de ‘Uruçanga’, podemos ter uma noção da criatividade e garra com que nossos bravos imigrantes desafiaram aquela cruel realidade e impulsionaram o progresso naquela labuta diária” (Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina, 2010, *online*).

A mesma concepção histórica foi observada no Museu ao Ar Livre Princesa Isabel⁸, de Orleans. A criação do Museu de Orleans também teve a participação ativa de um padre católico, o Padre João Leoni Dall'Alba. Foi inaugurado em 1980 e é mantido desde o início pela Fundação Educacional Barriga Verde. Diferente dos outros museus, no entanto, o espaço museal é constituído de um conjunto de lugares de memória que possibilitam e instigam atividades pedagógicas e pesquisa. No Museu ao Ar Livre há uma representação em tamanho real da vila rural dos imigrantes italianos do final do século XIX e início do XX, constituída por: “capela, engenho de farinha de mandioca, estrebaria, galpão de serviços domésticos, cozinha de chão batido, casa do colono, cantina, meios de transporte, engenho de cana-de-açúcar, serraria pica-pau, oficinas artesanais, marcenaria, atafona, balsa, ferraria, monjolo e Centro de Vivências.” Ao lado do Museu ao Ar Livre encontra-se a Casa de Pedra que abriga o Centro de Documentação Histórica Plínio Benício, a Unidade Imigração Conde D’Eu e o Laboratório de Conservação e Restauração. Nesse espaço há diversos documentos e artefatos relacionados aos demais grupos étnicos que não estão representados no Museu ao Ar Livre, inclusive imagens e objetos referente aos índios Xokleng.

O Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, de Lauro Müller, foi inaugurado em 2013. Os organizadores integraram as unidades museológicas com o objetivo de contemplar as dimensões ambiental, geológica e histórica nesse lugar de memória. As unidades estão organizadas no prédio da antiga Estação Ferroviária Dona Tereza Cristina, a Ferrovia do Carvão. Conta com espaços para exposição permanente, exposições itinerárias e apresentações culturais (Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, 2022). Levando-se em consideração que Lauro Müller é tida como o berço histórico do carvão nacional, os objetos mais valorizados são referentes ao “progresso” promovido pela indústria carbonífera. Assim como os museus citados anteriormente, os proponentes do espaço museal também se sentiram obrigados a reservar um espaço para a memória do povo indígena da região, os Xokleng⁹.

Em maio de 2019, em alusão ao Dia Internacional dos Museus, o Ecomuseu de Lauro Müller firmou uma parceria com a Nova Acrópoles¹⁰ de Criciúma para uma exposição de imagens sobre os povos originários da região sul catarinense: os Xokleng, os Kaingang e os Guarani. Essa exposição enquadra-se nas tradicionais “intensões positivas”, como advertiu Cury (2016) anteriormente. Percebem-se as “boas intenções” dos promotores da exposição com as imagens que pretendiam representar a memória indígena, os funcionários públicos e os voluntários da Nova Acrópoles, mas a exposição é desprovida de um preparo profissional do campo de estudo sobre história e cultura indígena. Aqui cabe indagar por que os agentes dos museus municipais não buscam parcerias com as universidades e vice-versa; ou seja, por que as universidades continuam distantes das realidades locais.

À primeira vista parecem louváveis as iniciativas de conferir espaço de visibilidade e reconhecimento histórico aos povos indígenas. Mas quando se trata de representar o “outro” e, sobretudo, quando esse outro é o indígena, as chances de reproduzir estereótipos e as tradicionais visões eurocêntricas são muito maiores. Daí a necessidade de estabelecer parceria com as universidades e com as próprias

⁸ Museu ao Ar Livre Princesa Isabel - Fundação Educacional Barriga Verde (FEBAVE). Disponível em: <https://www.museuaoarlivre.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2022.

⁹ A legenda da fotografia informa a captura dos últimos “bugres” nas encostas de Serra do Rio do Rastro, na década de 1950.

¹⁰ Nova Acrópole é uma Organização Internacional “sem fins lucrativos”, criada em Buenos Aires pelo historiador e filósofo Jorge Angel Livraga Rizzi (1930-1991), inscrita no Registro Internacional de Associações do Reino da Bélgica. No Brasil a instituição completou 35 anos e está presente em todas as regiões do território nacional. Em sua página de apresentação, diz que “[...] promove um ideal de valores permanentes que busca melhorar o ser humano e a sociedade” (Sobre a nova..., c2023).

comunidade indígenas. O risco é ainda maior nas regiões catarinenses onde ainda se faz elogio ao colonizador, como no caso do Museu do Colonizador, de Lauro Müller.

O Museu do Colonizador foi criado em 2003 e atualmente integra uma das unidades do Ecomuseu da Serra do Rio do Rastro. Trata-se de uma iniciativa privada, criada pelo técnico de extensão rural Amilton Guimarães. O objetivo explícito do Museu é apresentar um lugar de memória sobre a colonização italiana em Lauro Müller, com destaque para a contribuição da família rural de origem italiana. O espaço museal é amplo e o acervo de objetos e equipamentos estão dispostos em galpões abertos ao ar livre, sendo que os objetos mais raros ficam guardados para serem expostos em determinadas ocasiões. No geral, o acervo conta com cerca de 1.200 a 1.300 peças catalogadas. A ampla maioria são objetos e artefatos pertencentes aos imigrantes italianos e seus descendentes, e há também um pequeno acervo de objetos dos índios Xokleng (Serra do Rio do Rastro, 2022).

As iniciativas municipais no sentido de construir e preservar a memória da história local/regional merecem sempre algum tipo de reconhecimento, sobretudo num país onde boa parte da população despreza os valores da história e da cultura. Entretanto, quando o objetivo principal for a democratização dos lugares de memória, é mais do que urgente superar as “boas intenções” dos voluntários. Como afirma Kopenawa (1998), o homem branco vem repetindo a 500 anos: “Nós descobrimos estas terras! Possuímos os livros e, por isso, somos importantes!”. A realidade histórica, no entanto, contradiz a memória do homem branco, pois “eles não fizeram mais que tomar as terras das gentes da floresta para se pôr a devastá-las.”

Considerações Finais

A expansão da civilização moderna para todos os recantos do mundo provocou uma necessidade de demarcar lugares de memória. Nas grandes e pequenas cidades do mundo moderno, os museus se fazem presentes para atender a demanda dos habitantes locais, dos turistas e das instituições educativas. Houve, sem dúvida, muitas melhorias na concepção e forma de organização do espaço museológico, e, no Brasil, também foram constatados importantes avanços e melhorias qualitativas no espaço museal, principalmente nas grandes cidades ou capitais.

Na maioria das cidades brasileiras, no entanto, os lugares de memória praticamente não existem, e, quando existem, é para enaltecer a memória de membros das elites locais ou de algum grupo étnico-social concebido como fundador da cidade.

Na região sul de Santa Catarina, a situação dos museus exige uma mobilização dialógica urgente entre os agentes do poder público, das universidades e das comunidades locais, pois, em pleno século XXI, os espaços museais estão enaltecendo a “bravura” do “homem colonizador”. Sabe-se que os visitantes dos museus não são sujeitos passivos e que os professores que organizam visitas com suas respectivas turmas de alunos também problematizam os objetos e as representações do acervo museológico. Entretanto, quando visita-se um museu municipal e percebe-se a continuidade das representações estereotipadas, racistas e elitistas da memória local, principalmente em relação aos indígenas, aos negros e a outros grupos excluídos dos lugares de memória, cabe perguntar: a quem incube a responsabilidade social de cuidar dos lugares de memória nos municípios da região sul de Santa Catarina?

Colaboradores

S. O. FONTANELLA e C. R. CAROLA colaboraram com a análise e interpretação dos dados e revisão e aprovação da versão final do artigo.

Referências

- Barros, J. D'A. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.
- Bosi, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- Cabral, O. R. *História de Santa Catarina*. 4. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- Carvalho, J. Onde o colibri repousa suas memórias: conversa de índio com o museu. In: Cury, M. X. (org.). *Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate*. São Paulo: Secretaria da Cultura: 2016. p. 93-103.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Os povos indígenas na América Latina: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos*. Santiago: Nações Unidas, 2015. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.
- Cury, M. X. *Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate*. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016.
- Dall'Alba, J. L. *Colonos e mineiros na Grande Orleans*. Florianópolis: Instituto São José, 1986.
- Ecomuseu Serra do Rio do Rastro – Lauro Müller – SC, Brasil. Lauro Müller: Prefeitura Municipal, Portal de Turismo de Lauro Müller, 2022. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Município de Lauro Müller. Disponível em: <https://lauromuller.sc.gov.br/ecomuseu/>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina. Museu Histórico Municipal Monsenhor Agenor Neves Marques. *Portal de Turismo Urussanga*, Urussanga, 20 jan. 2010. Cultura e História. Disponível em: <https://turismo.urussanga.sc.gov.br/post-13247/>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- Freire, J. R. B. Museus indígenas, museus etnográficos e a representação dos índios no imaginário nacional: o que o museu tem a ver com educação? In: Cury, M. X. (org.). *Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate*. São Paulo: Secretaria da Cultura de São Paulo, 2016. p. 33-38.
- Gomes, A. O. M. Por uma antropologia dos museus indígenas: experiências museológicas e reflexões etnográficas. In: Cury, M. X. (org.). *Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate*. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016. p. 133-155.
- Gomes, A. O. M.; Vieira Neto, J. P. *Memória Indígena no Ceará: uma proposta em construção*. Fortaleza: SECULT, 2009.
- Herreman, Y. Exposição, Exibições e Mostras. In: Boylan, P. J. (ed.). *Como gerir um museu*. Paris: Conselho Internacional de Museus, 2004. p. 99-112. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184713>. Acesso em: 7 abr. 2022.
- Julião, L. *Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=148007. Acesso em: 8 dez. 2022.
- Kopenawa, D. *Descobrimos os brancos*: depoimento recolhido e traduzido por Bruce Albert, na maloca Watoriki. [S. l.]: Povos Indígenas no Brasil, 1998. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/yanomami/descobrimos_os_branco.pdf. Acesso em: 8 dez. 2022.
- Lopes, A. (org.). *Lauro Müller, a história*. Orleans: Gráfica do Lelo, 2008.
- Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- Marques, M. A. N. *História de Urussanga*. Urussanga: Secretaria de Educação e Cultura, 1990.
- Martins, M. C. F. D.; Picosque, G. *Mediação cultural para professores andarilhos na cultura*. São Paulo: Intermeios, 2012.
- Munduruku, D. *Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores*. São Paulo: UKA Editorial, 2017.
- Nora, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. de Yara Khouri. *Projeto História*, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 8 dez. 2022.

- Otto, C. *Nos rastros da memória*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.
- Pesavento, S. J. *História & história cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- Pollak, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- Pollak, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 1-13, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 8 dez. 2022.
- Ramos, F. R. L. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.
- Serra do Rio do Rastro. *Museu dos Colonizadores*. Lauro Müller. [s. n.], 2022. Disponível em: https://serradoriodorastroaovivo.com.br/_pontos-turisticos/museu-do-colonizador/. Acesso em: 20 dez. 2022.
- Silva, F. A Uma reflexão sobre a relação entre museus e povos indígenas. In: Cury, M. X. (org.). *Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate*. São Paulo: Secretaria da Cultura de São Paulo, 2016. p. 71-79.
- Sobre a nova Acrópole: conheça mais sobre a nossa história. [s. l.]: Organização Internacional Nova Acrópole, c2023. Disponível em: <https://nova-acropole.org.br/sobre-a-nova-acropole/>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- Suano, M. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Editora responsável: Mônica Piccione Gomes Rios.

Conflito de interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Recebido em 12/9/2022, versão final em 9/2/2023 e aprovado em 7/3/2023.